

## FIM DA ESCALA 6X1

# Sua semana de trabalho está em votação

Câmara deve votar em 26 de maio Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá segundo dia de folga a 16 milhões de trabalhadores. Texto fixa 40 horas semanais e proíbe corte de salário

» JOÃO PEDRO LARA  
RESENDE DE CARVALHO

Reginaldo Lopes trabalhou por 10 anos em uma padaria. Começou aos 16 anos, com carteira assinada. Fazia uma jornada de seis dias por semana, às vezes sete. “Foram 64 horas semanais. Conheço essa realidade na prática”, conta hoje o deputado federal pelo PT de Minas Gerais, autor da PEC 221/2019 — apresentada no governo Bolsonaro para acabar com a escala 6x1.

O texto permaneceu sem avanço por quatro anos. Voltou ao centro do debate político em 2025, em meio a novas propostas, disputas políticas e acordos entre o Congresso e o governo. Hoje, três PECs concentram a discussão na Câmara: a 221/2019, de Reginaldo Lopes (PT-MG); a 8/2025, de Erika Hilton (PSOL-SP), que tramita junto com a primeira; e a 40/2025, de Maurício Marcon (PL-RS). Além das PECs em discussão na Câmara, há também uma proposta semelhante em tramitação no Senado e um projeto de lei elaborado pelo governo.

Na terça-feira (12/5), durante audiência da comissão especial, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, chamou o tema de “debate geracional”. “Chegou a hora de enfrentar que país queremos no mundo do trabalho”, disse. “Um trabalhador com qualidade de vida melhor vai ter mais produtividade e menor rotatividade.”

Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentado na audiência, mostra que 83% dos trabalhadores com jornada de 44 horas têm até o ensino médio completo. Ganham, em média, R\$ 2.626 — menos da metade dos R\$ 6.211 de quem trabalha 40 horas semanais.

João Pedro Resende de Carvalho



Audiência Pública, com a presença do ministro da Fazenda, Dario Durigan, discutiu os impactos econômicos da redução da jornada de trabalho

No dia seguinte à audiência, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), fechou acordo com o governo. A PEC será a primeira a ser votada. O Planalto ficará responsável pela regulamentação da transição, pelas exceções setoriais e pelos detalhes operacionais, por meio de projeto de lei.

A expectativa nos bastidores é de que a PEC trate do mínimo possível — apenas da redução da jornada e do segundo dia de descanso. As partes mais espinhosas — como regras de transição, definições por categoria e compensações — ficarão para regulamentação posterior em lei.

## Os vínculos

São 16,2 milhões brasileiros que trabalham na escala 6x1 — 14,8 milhões de celetistas e 1,4 milhão trabalhadores domésticos, segundo o governo federal. Aproximadamente um terço dos vínculos formais do país.

O *Atlas da Escala 6x1*, do Observatório do Estado Social Brasileiro, ouviu 3.775 trabalhadores em 394 municípios entre dezembro de 2024 e abril de 2025. Do total, 22% ganhavam até um salário mínimo. Outros 46% recebiam entre um e dois salários mínimos. Ao todo, 68% viviam com menos de R\$ 2.120 por mês.

Patrícia Benício, 32 anos, trabalha no comércio há 18 anos. Acorda às 3h30. Usa dois alarmes para não perder o ônibus das 4h20. A filha de 10 anos quase sempre está dormindo quando ela sai — e quando volta. “Eu chego em casa e minha filha já dormiu. Não tenho tempo de qualidade”, relata. Patrícia reconhece os sinais do desgaste do próprio corpo. “Tem dia que não consigo comer, fico enjoada por conta do dia a dia. A alimentação é totalmente desregulada. O cansaço acumula.”

O debate vai além do desgaste físico. No Congresso, o cerne da

discussão passa por uma diferença frequentemente ignorada: a distinção entre escala e jornada de trabalho.

## O que muda tudo

Jornada é o total de horas trabalhadas na semana. Escala é a forma como essas horas ficam distribuídas ao longo dos dias. Reduzir de 44 para 40 horas pode ser feito gradualmente. Eliminar o sexto dia, não.

“Jornada dá para fazer ao longo do tempo. Escala muda a organização do trabalho imediatamente. É meu dia, seu dia e acabou”, diz o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Para o setor industrial, o problema não é a redução em si, mas a uniformidade. “Eu não posso desligar o alto-forno. Não posso desligar o oxigênio do hospital.

As necessidades dos setores são absolutamente distintas”, diz Alexandre Vitorino, diretor jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O relator Léo Prates (Republicanos-BA) tenta reunir os textos em um substitutivo. Segundo ele, a média real da jornada do trabalhador brasileiro está em torno de 39 horas. “Esse é o ponto de equilíbrio. O possível agora é 40 horas. O ideal é 40, com caminho constitucional para 36.” O instrumento para essa transição, segundo ele, seria o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), mecanismo que permite prazos e regras de adaptação para mudanças aprovadas via emenda constitucional.

O deputado Léo Prates é categórico: “Estamos em uma discussão de limite máximo de jornada e de escala; quem está no meio do caminho não terá impacto, porque não se trata de compressão de jornada. Quero deixar isso muito claro.”